



Construção da Identidade Afro- Brasileira Sob o Viés da Lei 10.639/2003¹

Carolaine dos Santos de Souza²

Helena Tavares de Souza³

Resumo

O presente resumo objetiva uma análise sobre a construção da identidade afro-brasileira sob o viés do conhecimento e ensino da História Africana por meio da Lei 10.639/2003. No Brasil, a história da população negra foi estritamente documentada por meio da condição escrava daqueles que foram trazidos para o nosso território, descrevendo-os enquanto mercadorias de compra e venda e desse modo, apresentando-os enquanto um povo destituído de capacidade organizativa. Quando analisamos o panorama geral, sua identidade não ultrapassa esses estereótipos, provocando sentimentos e conceitos que remetem a uma espécie de povo inferior, sem valor, e sem analogia. Essas questões perpassam em diversas esferas, mas destaca-se em especial na educação. Assim, a lei de nº 10.639/03 inclui o ensino educacional do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição dos negros na economia, na cultura, na política e nas áreas sociais pertinentes ao Brasil, além da efetivação da diversidade cultural e étnico-racial. A partir de então, ainda que de maneira esparsa, entra em vigor a construção da identidade negra, em um processo contínuo de se desfazer e refazer os elementos materiais e imateriais por meio da questão educacional, encontrando nesse meio, espaços de debate e prática social continua.

Palavras-Chave: Educação; Lei 10.639/2003; História Africana.

Introdução:

O negro adentrou no território brasileiro restritamente em um âmbito escravocrata, por volta dos séculos XVIII e XIX, e foram trazidos para o trabalho braçal em lavouras e nas senzalas, afastados inteiramente de suas culturas, religiões, de seu continente, convivendo com o desconhecido e sendo modelado com a forma —europeia de ser, isso em diversas esferas. De acordo com Glória

¹ Trabalho apresentado no GT 7: III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias 08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

² Licenciada em História pelo Centro Universitário AGES. E-mail: souzacarolaine460@gmail.com.

³ Coautora- Doutora em Educação Matemática pela PUCSP-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



Porto Kok (1997), os escravos africanos constituíam uma rentável mercadoria de rota comercial, substituindo, em partes, a escravidão de cunho indígena.

Porém, os negros resistiram à imposição, assim como afirma a história, e lutaram de diversos modos a tais ideologias e ações eurocêntricas, diluindo a cultura europeia, envolvendo aos poucos a cultura e pluralidade negra no Brasil, trazendo de maneira positiva e majestosa contribuições na edificação da nação brasileira.

Evidentemente, sua cor e seu *status* de negro escravo permaneceram evidentes, mesmo depois da abolição. Segundo os dados do IBGE em 2014, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 53,6% da população brasileira é Negra (2014), no entanto apesar desses dados a sociedade negra está esvanecendo nos percentuais, enquanto as brancas aumentam em extensão, esses números infelizmente, invadem as escolas e os parâmetros educacionais, ou seja, o ensino da cultura branca prevalece em sua prática em comparação ao negro.

A valorização dos feitos europeus e de sua visão de mundo e de colonização sempre prevaleceram na didática escolar, como também na formação acadêmica do professor (a), elevando sempre a figura do branco como herói, construtor do país em seu meio social, cultural, político e econômico. Assim, não raramente, grupos sociais intimamente ligados com edificação do Brasil enquanto países são deixados de lado ou minimizados, a exemplo dos negros escravizados, das mulheres e do indígena.

Essa pesquisa discute-se a lei 10.639/2003, promulgada especificamente em 09 de janeiro de 2003, a qual efetiva o ensino obrigatório da História Africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares. O documento, em seus objetivos, prevê a atuação dos poderes legislativos e executivo, assim como os poderes educacionais externos e internos, no processo de reconstrução das contribuições e construção dos negros em nosso currículo social.



1. Lei 10.639/2003 e seus Objetivos para a Educação Brasileira

No Brasil, a história da população negra foi estritamente documentada por meio da condição escrava daqueles que foram trazidos para o nosso território, descrevendo-os enquanto mercadorias de compra e venda e, desse modo, apresentando-os enquanto um povo destituído de capacidade organizativa. Quando analisamos o panorama geral, sua identidade não ultrapassa esses estereótipos, provocando sentimentos e conceitos que remetem a uma espécie de povo inferior, sem valor, e sem analogia. Essas questões perpassam em diversas esferas, mas destaca-se em especial na educação.

No ciclo da sociedade moderna, completa-se 130 anos da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Imperial Regente, a qual determinava a abolição do trabalho escravo por meio dos seguintes artigos:

Lei Áurea – Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1988, p.04)

A partir de então, ainda que de maneira esparsa, entrava em vigor a construção da identidade negra, em um processo contínuo de se desfazer e refazer os elementos materiais e imateriais da questão escravocrata, os quais estavam impregnados no indivíduo negro, mesmo depois da lei propriamente dita. Entretanto, a população ainda vive em uma escravidão “encoberta”; seus resquícios permeiam as entrelinhas da sociedade. Esse entrelace notoriamente aparece pelo status da cor da pele, enquadrando o negro pelo racismo e discriminação pelo infeliz passado imposta aos seus descendentes, que definiu espaços sociais arraigados que hoje se tenta desconstruir por diversas áreas, em especial a educação.

A educação pode ser definida como um extenso processo na edificação da nossa humanização, realizada por diversos espaços: família, comunidade, escola etc. Portanto, não há um único modelo de se tramitar a educação. Evidentemente, a escola ultrapassa o espaço escolar físico, apresentando uma



dimensão maior, pois abrange saberes além das informações contidas em livros; nela, ensinam-se valores, hábitos e múltiplos outros elementos e adjetivos. Vale ressaltar que “a escola é vista, aqui, como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”, assim, a educação é um fragmento dos modos de vida(GOMES, 2002, p. 05).

Quando se entende que a escola decorre por um espaço de formação científico mais amplo, encontra-se mais do que regimentos padronizados (disciplinas, currículos, provas) e compreendem-se então os meios que interferem na constituição do indivíduo pertencente a tal coletividade.

No Brasil, o ano de 2003 foi caracterizado por conquistas, mudanças sociais, políticas e educacionais. Nesse mesmo ano, é eleito como presidente do país Luiz Inácio Lula da Silva, cuja vitória significou um marco na política brasileira, pois pela primeira vez um candidato da classe trabalhadora e de origem sindical adentrava como presidente da República; a esperança de mudanças significativas sociais e econômico ecoava nesse ano. Na educação as perspectivas giravam em torno da incorporação dos excluídos, valorizando a sociodiversidade, sendo que:

Do ponto de vista institucional, foi criada uma secretaria específica responsável pelas políticas direcionadas às populações excluídas no âmbito do Ministério da Educação – a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). No plano legal, foram concebidos instrumentos como a lei que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Lei nº 10.639/2003) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004) (RELATÓRIO EDUCAÇÃO, 2014, p. 10).

Especificamente em 09 de janeiro de 2003 foi decreta e sancionada a lei 10.639, que altera a lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996⁴, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A alteração foi no sentido de incluir o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-brasileira nas redes públicas e particulares de ensino. A lei de nº 10.639/03 inclui o ensino



educacional do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, cultura negra e o negro na formação da sociedade nacional, reconstruindo a contribuição dos negros na economia, na cultura, na política e nas áreas sociais pertinentes ao Brasil, além da efetivação da diversidade cultural e étnico-racial:

Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas. (UNESCO, 2008, p. 21)

O documento prevê, em suas metas, as responsabilidades direcionadas aos poderes executivos, legislativo e dos conselhos educacionais dos âmbitos nacionais, estaduais e municipais e demais instituições do sistema de ensino. Seus objetivos se resumem na promoção da valorização e reconhecimento étnico-racial na educação brasileira, enfrentando práticas e culturas discriminatórias e racistas enraizadas no cotidiano dos brasileiros, assim como da escola públicas e particulares, que de certo modo excluem culturas de estudantes negros. Neste sentido, apresenta um comprometimento com a segurança de direitos igualitários.

Segundo Livia Pizauro Sanchez (2014) a lei representa um questionamento para o currículo escolar, colocando em pauta, temáticas antes ignoradas ou pouco estudadas na formação do cidadão brasileiro. Uma das partes centrais da aplicação dessas diretrizes consideram o estímulo do protagonismo dos negros na decisão e fortalecimento da sua identidade cultural e política, em uma ação afirmativa que busca ainda uma resposta à população afro-brasileira, “tentando” reparar e valorizar sua história, cultura, e sociedade.

A lei prevê os conteúdos de cunho africano a serem implantados nos currículos oficiais, permitindo aos alunos negros o reconhecimento e valorização de sua cultura e identidade, tornando-os indivíduos ativos na formação da sociedade brasileira.

2. População Negra no Brasil e Seus Movimentos de Luta



Os povos negros construíram uma longa jornada de lutas por direitos e igualdades, principalmente no Brasil, onde suas identidades foram vivenciadas dentro do processo de escravidão. Após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, essa população vivenciou a experiência de possuírem poucos ou quase nenhum direito, assinados em diversos documentos por senhores de engenhos e o Estado.

Sendo assim, a educação formal sempre foi vista como um instrumento pertinente para os objetivos dos movimentos negros que lutaram e ainda lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. No século XX emerge, em meio a esse contexto histórico, o movimento Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931 – 1937 e que mobilizou milhares de negros e negras em busca dos seus direitos.

Este movimento adentrou e criou salas de aulas para a alfabetização de trabalhadores negros em diversas localidades em uma iniciativa que, segundo Petrônio Domingues, dava uma resposta à sociedade e a população negra sobre a discriminação racial que se fazia presente nas redes de ensino.

Contudo, as iniciativas dos negros em criar tais escolas nem sempre foram aceitas de bom modo, considerando aqui múltiplos fatores, como ausência de recursos, apoio, qualificação de gestores para esse trabalho, desvalorização estatal, dentre outros, resultando em algumas delas um pouco tempo de funcionamento.

Adentra na escola, por consequência, a ideia de que a trajetória escolar do negro é determinada exclusivamente por seu esforço pessoal, não se levando em consideração os processos históricos que impediram ora o acesso, ora a permanência e, em muitos contextos, o acesso e a permanência ao mesmo tempo, deste segmento no sistema educacional.

Em 1936, a FNB já tinha se ramificado em sessenta filiais em alguns estados brasileiros, e seu principal lema era a investida na educação como arma contra o preconceito aos “homens de cor”. Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria



o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo. Esse se classificava como o principal objetivo desse movimento.

Esse movimento começa a ganhar viabilidade nacional e com esse crescimento, a FNB planejou e transformou-se em partido político, tendo o Tribunal Superior eleitoral aceitado o seu registro como Partido da Frente Negra Brasileira. No entanto, o mesmo não conseguiu demonstrar suas forças. Em 1937, Getúlio Vargas, com a ajuda das Forças Armadas, fecha o Congresso Nacional, sendo regulamentada a ditadura do Estado Novo, provendo a extinção de direitos e liberdades civis, sociais e individuais. Em decorrência disso, a FNB é obrigada a encerrar suas atividades, embora sua marca tenha ficado registrada na luta pelos direitos dos negros no Brasil.

Em sequência, mais precisamente no ano de 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU) passou a levantar a bandeira em favor de uma educação provedora das demandas da população negra em junção com o combate às desigualdades sociais, em outras palavras, “para o movimento negro, a raça é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” e a educação apresentou-se como determinante nas linhas objetivas desse movimento (DOMINGUES, 2018, p. 09).

Várias vitórias foram conquistadas pelo movimento, a saber: instituiu-se a discussão sobre racismo e discriminação racial em instituições como as igrejas, os sindicatos e as escolas; desenvolveu-se uma ação educativa nas escolas e universidades, remetendo a conteúdos históricos e culturais do povo negro e invisibilizados nos currículos escolares; inspirou a criação de entidades e grupos negros em todo o país. O MNU interiorizou em sua luta a busca pelo fim de uma discriminação no trabalho, nas escolas, nos ambientes sociais, bem como o fim da exploração de mulheres negras e da violência racial distribuída pelos meios de comunicação.

Diante desses, e vários outros movimentos negros que travaram longas batalhas de debates políticos, surge o conjunto criacional da Lei 10.639/2003, que teve como autores, Esther Grossi - PT/RS e Ben-hur Ferreira - PT/M. O referido projeto de lei interiorizou a importância da obrigatoriedade do ensino de História da África, e afro-brasileira nas escolas, sobretudo depois do levante de



vários movimentos que exigiam essa implementação. A presente lei foi inserida na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) modificando os artigos 26 – A e 79 – B, obrigando e incluindo o dia 20 de novembro no calendário nacional como o dia da Consciência Negra, adentrando no âmbito das escolas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

Art. 79-A. (VETADO)"

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003, p. 11).

Em seus antecedentes históricos a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) remonta à Constituição Federal de 1934, nossa primeira carta constitucional. Evidentemente que, a princípio, o conceito de diretrizes e bases não assumia uma posição estritamente direcionada a LDB, mais já se pensava em unificar a educação em um âmbito educacional. Somente na nova Constituição promulgada de 1946 que a intenção literal de “diretrizes e bases” aparecem.

Foi convocada uma comissão composta por educadores que inicia o trabalho de organização do projeto, recebendo algumas alterações pelo ministro que, logo após suas intervenções, encaminha para o então presidente Eurico Gaspar Dutra, decretando-se assim, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 20 de dezembro de 1961, substituída anos posteriores pela LDB nº 9.394 de 1996.

A LDB nº 9.394/96 representa uma respeitável normativa, sendo a mesma a principal organizadora educacional da nação brasileira, tendo uma segunda proposta elaborada por Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correia em articulação com o MEC. A mesma possui cerca de 92 artigos diluídos em nove títulos, cinco capítulos e cinco seções, ainda implica em inegáveis mudanças para a educação brasileira.



3. A Aplicabilidade da Lei 10.639/2003 No Campo Educacional

A valorização dos negros em relação à educação foram os únicos caminhos encontrados diante a situação que estiveram pós-abolição, para os mesmos a educação era acessão e motivação para um bem supremo, a educação formal era a alavanca para a superação da exclusão social/racial a eles submetido.

A população negra do pós-abolição entendiam que sem uma educação dificilmente obteriam mobilidade individual ou coletiva na sociedade, mais a escola não estavam à disposição dos negros brasileiros como o desejo explicitado. Mesmo sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panaceia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais.

Desde então, notou-se a interiorização dos negros no sistema educacional brasileiro, passando a ser alvo dos movimentos negros em suas reivindicações pela igualdade e direito por uma educação acessível e conceitual a presente população, (assim como descreve tópicos anteriores).

Com a alteração da LDB diante a inserção da Lei 10.639/2003, é de cunho obrigatório das redes públicas e privadas a utilização integral nos ensinos, logo, não muito distante, se faz notório as lacunas nessa aplicação. A princípio, defasadamente ocorre o conjunto de intolerância e discriminação racial dentro da sociedade brasileira, em seguida a aplicação se limita a 20 de novembro no calendário nacional, assim como a identificação do negro escravizado e por meio da Lei de 1888 adquirem a libertação.

A sociedade brasileira, apesar de ter em suas raízes a participação efetiva da população africana, se caracteriza como racista e discriminatória em relação aos negros. Em sua definição etimológica a palavra “Racismo” caracteriza uma doutrina sistemática política, constituído por uma raça que se auto considera pura e superior, assim como a “Discriminação racial” que se institui em distinção, exclusão e preferência fundamentada na cor, na raça, nacionalidade étnica dentre outras. A principal barreira na aplicabilidade da lei se resume na descrição acima, afirmada por Hédio Silva Jr.



As manifestações da discriminação racial na escola conformam um quadro de agressões materiais ou simbólicas, de caráter não apenas físico e/ou moral, mas também psíquico, em termos de sofrimento mental, com consequências ainda não satisfatoriamente diagnosticadas, visto que incidem cotidianamente sobre o alunado negro, alcançando-o já em tenra idade (2002, p.22).

O ensino dessa cultura nas escolas, por muitas vezes não se encaixavam e um âmbito significativo pelo fato de não serem inseridos como participantes da sociedade brasileira, reconhecidos apenas como escravos efetivos no período escravocrata. Sua cor e seu *status* de negro escravo permaneceram evidentes, mesmo depois da abolição, as ementas curriculares dos brancos visam um acorde de identidade heroico, sendo estabelecidos como únicos construtores do país em seu meio social, cultural, político e econômico.

A aplicabilidade da lei dentro da educação infelizmente é superficial e frágil, não significará o conhecimento historiográfico do universo africano sem a inserção no cotidiano escolar, desmistificando o ideal construído pelo passado escravista dos negros no Brasil. No cenário educacional as proeminências dos feitos eurocêntricos sempre ganharam vez, distanciando totalmente da realidade escolar e cotidiano dos discentes, principalmente aos alunos negros que sentem grandes dificuldades para afirmarem sua origem étnica, pois se veem distantes da inserção em sala de aula.

As historiografias da cultura africana se abreviam na construção de um senso comum reproduzidos por falas racistas e preconceituosas sobre o continente, produzindo um imaginário como já dito, escravos passivos, população pobre, religiões que se caracterizam como “Macumba”, notoriamente essas práticas se efetivam pela ausência do conhecimento propriamente dito.

Apesar da introdução da lei 10.639/03 que traz em suas entrelinhas a obrigatoriedade do ensino, não houve políticas públicas para aplica-las na educação justamente pela ideologia construída pelo mito da democracia racial, retirando de certo modo, o ideal de país racista, de nação preconceituosa. O currículo escolar, principal mediador da educação em sua prática, envereda por esse caminho, não observam a demanda escolar em todos os domínios,



evidentemente fruto de uma elaboração com rastros de uma educação jesuíta advindas dos primórdios, no Brasil colonial. Daffine Natalina Reck vem afirmar:

Acabam se reduzindo a um ato folclórico as lembranças das tradições africanas, principalmente aquelas voltadas às músicas, às danças e à religiosidade. Tem-se, com isso, uma visão unilateral de um imenso continente, e o que vemos em nossas escolas é um conceito estereotipado de uma África – País [...] (2013, p.41).

Toda demanda exigida para a transformação dessa visão anterior, parte a princípio, do entendimento da relevância do espaço escolar como dissipador de atitudes discriminatórias, logo haverá um conflito, pois a modificação do que já está enraizado é dificultoso, mais não impossível, o ideal da lei precisa ser abraçado por professores e educadores para fazer valer sua aplicabilidade nos espaços onde a educação permeia.

Desse modo, se faz necessário a análise da lei e suas nuances na busca de desvendar como vem sendo a sua aplicabilidade nas redes públicas e particulares de ensino no nosso sistema educacional brasileiro, evidenciando a África-Mãe, berço da humanidade e principal raiz do indivíduo enquanto homem crítico. Entendendo que além da presença significativa desses povos nos livros didáticos, se faz necessário desconstruir ideais de cunho racistas e preconceituosos contra a África, negros e seus descendentes.

Evidentemente todo esse pensamento ideológico se diluirá também por meio do conhecimento das correntes historiográficas da História Africana. Desse modo, se torna relevante a reflexão na educação brasileira e no ensino de História nas salas de aula, entendendo a participação dos africanos enquanto agentes ativos construtores do nosso país, nosso caráter enquanto seres humanos racionais. África é o nosso mundo, e o nosso mundo é a África.

No contexto do processo de ensino e aprendizagem, o professor se apresenta enquanto uma de suas peças principais, mediando a construção dos sujeitos enquanto indivíduos críticos e inseridos em um contexto social, político e cultural. Dessa feita, o professor precisa compreender seu papel nesse âmbito, entendendo que sua tarefa enquanto profissional da educação abrange muito mais do que um determinado conteúdo.

Para a real predominância de uma educação crítica e transformadora, o professor precisa intervir, sendo indispensável buscar objetivos que possam



promover a construção de identidades individuais e sociais diversas. Esse papel, contudo, depende do nível de comprometimento político, socialmente e educacional do docente, com isso:

Tem-se a ideia de que ser um profissional do ensino não é simples, pois é necessário considerar a intencionalidade da atividade docente, mas também não podemos esquecer que ser professor é se relacionar, é estar imerso nas relações interpessoais, e se fazer delas para efetivar sua função (MENDES, 2015, p.19).

Sendo assim, o professor tem em mãos parte imprescindível da formação da identidade negra e africana no imaginário dos alunos, atuando como mediador na desconstrução do preconceito, do racismo e da discriminação racial criada ideologicamente ao longo dos anos. Assim, o professor encontra-se diante de um grande desafio na aplicação e no ensino dos conteúdos dispostos na Lei 10.639/03. O primeiro deles, deriva da formação acadêmica, entendendo que sua edificação permeou pelas veredas do eurocentrismo, ou seja, sua preparação docente teve com maior veemência o ensino centrado nos feitos dos homens “brancos”, os “heróis” da história.

Mesmo depois de 17 anos de promulgação da lei 10.639/2003 e de sua inserção no espaço legislativo e educacional, é frequente encontrarmos o despreparo por parte dos professores ao lecionar conteúdos que envolvem o assunto. A implantação da lei promoveu uma releitura da educação brasileira, realizando um processo de revisão dos conteúdos e posicionamentos sobre a História Africana e afro-brasileira na prática docente e nos livros didáticos.

Obviamente que nem todos os profissionais foram aparelhados enquanto acadêmicos para lecionar aulas acerca da cultura africana. Na maioria dos casos, houve uma visualização, porém não uma preparação para tal. Em cima desse contexto, materiais foram organizados para o auxílio dos docentes, “sendo assim, entendemos que a preparação dos professores para trabalhar dentro do que propõe a lei 10639/03 é fundamental, o que necessita de capacitação através de cursos de aperfeiçoamento e especializações voltadas a esta finalidade” (AGUIAR, 2010, p. 05), de modo que nada funcionará entregar-lhes materiais didáticos sem que haja incubação para a utilização adequada.



4. A Construção da Identidade Negra/Africana na Lei 10.639/2003

Desde a chegada dos negros no Brasil, sua cultura, política, identidade e modos de convivência foram pré-definidos pelos europeus, melhor dizendo, sua história foi contada sobre o viés da classe dominante, evidentemente que todo o conto enveredou pelo artificiosíssimo, pela abreviação oposta do que realmente é, dessa forma:

A academia, em sua grande maioria comprometida com o eurocentrismo histórico, pouca atenção prestava sobre o continente negro, a não ser a partir do momento em que esse entrou no contexto europeu, com exceção, salvo engano, do Egito, que, de maneira geral, não é tratado como um Estado da África, mas como pertencente à “História do Mediterrâneo”, na qual se confundiria com outros povos antigos como os gregos ou os romanos, no que fica desfocado do continente no qual está localizado (MACEDO, 2008, p. 21)

A cor da pele foi usada como algo determinante para a dominação, saqueando as riquezas físicas e humanas da África, levando o homem a submissão de escravos, a dominação do continente foi enraizada e levada sobre os ombros do racismo, com interesses políticos e econômicos das classes que sobrepuseram de forma cruel e injusta esses povos durante séculos anteriores. Assim, passa a se construir um estereótipo acerca dos negros enquanto seres humanos, a identidade negra passar a ser substituída pelo ideal de indivíduos exclusivamente negros, sem alma, sem direitos, sem liberdade e que se perpetuam nos entrelaços da sociedade racista, preconceituosa nascida e criada sobre o ventre eurocêntrico falsificado da verdadeira África e sua sociedade, e que posteriormente ganha a complementação afro-brasileira.

Para uma maior abrangência da constituição de identidade negra é preciso compreender o conceito dessa identidade. A primeira ideia encaminha-se pelas veredas do mito da democracia racial, ou seja, em que a identidade étnica racial ocupa espaço no Brasil, no entanto como já dito, não passa do mito.

O primeiro idealizador desse termo foi o autor Gilberto Freyre, seu objetivo agiu primordialmente como barreira na probabilidade de se criar uma consciência racial por parte dos próprios negros. Com o desenvolvimento do termo expandiu-se um Brasil com “liberdade de cor”, sem empecilhos acerca da ascensão social dos negros, evidentemente que toda essa idealização desse país não passou de uma alegoria, pois:



É justamente em torno da utopia de uma segunda Abolição, na qual se realizaria plenamente a democracia racial, que se dá a mobilização política dos negros. É preciso que se note no emprego desse termo, especialmente por parte dos negros, a ambiguidade de um valor adjetivado: falar em democracia racial significava o direito pleno a algo não materializado. Por um lado, o valor declarado significava um direito que se poderia reivindicar a todo o momento, e nisso residia seu lado progressista; por outro, o não estar materializado poderia ser interpretado como opinião subjetiva e não como fato, e nisso esteve sempre o seu aspecto (STRIEDER, 2000, p. 62).

Nasce, portanto, uma dualidade sobre a existência ou não do preconceito racial, diversos pesquisadores afirmam um Brasil democrático não só da raça, assim como, nos âmbitos políticos, sociais e econômicos. No entanto, outros intensificaram a negatividade do presente termo, ganhando força e vigor mais precisamente no cenário político vivido em 1964 como afirma Antônio Sergio A. Guimarães (2011), direitos e qualquer tipo de democracia definida é são quebrados por meio do domínio conversador, concluindo definitivamente que a democracia racial e a tentativa de identidade negra no Brasil é apenas um mito.

Nessa conjuntura, destaca-se também a teoria do branqueamento, até então o atraso no país brasileiro derivava-se da moléstia da mestiçagem, fortalecendo assim o branqueamento progressivo. As elites políticas brasileiras acreditavam numa diferença racial essencial. Logo, a identidade negra é encoberta em todos os sentidos, ampliando agora para uma reprodução ideológica negativa do ser negro, ser africano.

Assim, a identidade africana é transmitida apenas pela versão que promove o poder dos europeus sobre os homens de cor. Notoriamente, esses ideais adentram no ensino de crianças e jovens, construindo em seus fundamentos mentais a figura escrava do negro, prontamente penetra o racismo, preconceito e a discriminação racial nos espaços escolares e que perpassa os ambientes sociais, políticos, culturais e econômicos da sociedade.

A lei 10.639/03 objetiva desconstruir a ideia reducionista que se tem sobre a história da África e seu povo, contribuindo assim para uma maior edificação de uma AFROCENTRICIDADE, ou seja, o estudo da África sem tê-la exatamente como única, diferentemente como se renomeia o eurocentrismo (Europa no



centro), despontando assim os aspectos significativos e relevantes para a história afro-brasileira. Desse modo Rubia Caroline Janz afirma que:

Em oposição a uma história marcada pela passividade diante da escravidão, por representações eurocêtricas, focada apenas nos aspectos folclóricos e culturais ou num tratamento da África como algo exótico, o ensino que se propõe agora busca descobrir outros aspectos antes pouco ou não abordados como as contribuições da tradição oral, do sistema matrilinear, seu conhecimento tecnológico, sua cultura tribal que é tão importante quanto a experiência histórica dos impérios, a diversidade linguística, cultural e religiosa entre outras coisas (2014, p. 35).

O conceito de Afrocentricidade é trabalhado na coleção Sankofa 4 organizado por Eliza Larkin Nascimento, seu postulado é a pluralidade, trazendo divergências do conceito eurocêntrico, a mesma permite o direito e espaço ao diálogo sob diversas perspectivas de conhecimento, onde coloca o africano na perspectiva de sujeito e agente que lhe dá o direito de atuar sobre sua competente originalidade cultural, sendo que a sua atual presença encaminham-se pelas veredas da experiência eurocêntrica, a partir do domínio físico desse povos, sua história e enredos excepcionalmente passa a ser erguido pelo corréis europeu. O principal objetivo de introduzir o conceito de Afrocentricidade é promover uma conscientização sobre a contrata africana, logo:

A Afrocentricidade emergiu como processo de conscientização política de um povo que existia á margem da educação, da arte, da ciência, da economia, da comunicação, e da tecnologia tal como definidas pelos eurocêtricos. Se bem sucedido, o processo de recentralizar esse povo criaria uma nova realidade e abriria um novo capítulo na libertação da mente dos africanos (ASANTE, 2009, p. 06).

O presente autor desencadeia em seus escritos, o protagonismo negro no mundo dominado e visualizado em todos os aspectos pelo branco. O negro e sua história são negados no sistema “dominador”, nesse contexto, é preciso que o africano entenda, incorpore e esteja consciente de tal exclusão, é relevante destacar que essa construção é aberta a debates, por isso que se distingue do eurocentrismo, que em sua epistemologia, exclui, destrói e impõe sem qualquer base de diálogo.

Evidentemente que não basta apenas entender a apreciação, é necessário pratica-la, trazer para o mundo assim como para o Brasil, - um dos países que possui a maior população negra -, suas principais características de



atuação. E mais uma vez Molefi Kete Asane (2009) exemplifica através de cinco eixos, o primeiro deles diz respeito à localização psicológica, seguindo de um pacto com a descoberta do lugar do africano como sujeito atuante, defesa dos elementos culturais, refinamento léxico, e o compromisso com a nova narrativa da África. Tais eixos sendo postos em prática, caminha pelos trilhos da quebra ideológica racista sobre o continente e sua sociedade em uma visão geral.

Considerações Finais

Embora não seja possível chegarmos a conclusões prontas e acabadas acerca de uma temática tão complexa e abrangente, algumas considerações podem ser asseveradas.

Dessa maneira, baseando-se na referida lei, o ensino africano nas escolas passa a ter um cunho obrigatório, pelo menos no que diz respeito ao campo teórico. Porém, ao adentrarmos em sua prática, sua aplicabilidade é defasada e cheia de problemas. A identidade africana é transmitida apenas pela versão que promove o poder dos europeus sobre os homens de cor.

Notoriamente, esses ideais adentram no ensino de crianças e jovens, construindo em seus fundamentos mentais a figura escrava do negro, de modo que se abrem brechas nas quais prontamente penetram o racismo, o preconceito e a discriminação racial nos espaços escolares e que perpassam os ambientes sociais, políticos, culturais e econômicos da sociedade.

A lei 10.639/03 objetiva desconstruir a ideia reducionista que se tem sobre a história da África e seu povo, contribuindo assim para uma maior edificação de uma Afrocentricidade, ou seja, o estudo da África sem tê-la exatamente como única, diferentemente como se renomeia o eurocentrismo (Europa no centro), despontando assim os aspectos significativos e relevantes para a história afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Couvo Teixeira Maia de. **UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERGIPE**. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 7 | jan-jun de 2010. Disponível em:



<<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/download/1771/1560> > Acesso em: 29 nov 2018.

ASANTE, M.K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. NASCIMENTO, E.L. (org.) **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa 4: matrizes africanas da cultura brasileira). São Paulo: Selo Negro, 2009.

BRASIL. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional. Redação dada pela Lei nº 10.639, de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 set 2018.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 46 p. – (Série legislação; n. 130). Disponível em: <bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_12ed.pdf?sequence=37> Acesso em: 21 out 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1888. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm> Acesso em: 10 set 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”**: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39 set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf> > Acesso em: 25 set 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Raça, cor, cor da pele e etnia**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011. Disponível em: Acesso em: 16 nov 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **ALETRIA** – 2002. Disponível em: < <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296/1392> > Acesso em: 30 set 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia**. 2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 19 de Jul. 2018.

JANZ, Rubia Caroline. Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise. **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405545780_ARQUIVO_tra_balhocompleto_RubiaCarolineJanz.pdf Acesso em: 20 out 2018.

KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil Colonial**. São Paulo: Saraiva 1997.

MACEDO, José Rivair. Desvendando a história da África. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2008. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf> > Acesso em: 16 nov 2018.



MENDES, Thamiris Christine; BACCON, Ana Lúcia Pereira. Profissão docente: o que é ser professor? **EDUCERE** XIII Congresso de Educação. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17709_7650.pdf > Acesso em: 27 nov 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf> > Acesso em: 03 out 2018.

RECK, Daffine Natalina. **Breve história da África e dos africanos e o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas**: da historiografia africana à aplicação da Lei 10.639/ 03. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial © by PPGH-UNISINOS. Disponível em: < projeto. Unisinos.br/rla/index.php/rla/article/download/204/158 > Acesso em: 03 out 2018.

RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015. **VERSÃO PRELIMINAR**. 2014. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file> > Acesso em: 30 set 2018.

SANCHEZ, Livia Pizauro. **Educação básica no Brasil e história e cultura africana e afro-brasileira**: competências e habilidades para a transformação social? **Teses USP** / Livia Pizauro Sanchez; orientador, Marco Antônio Bettine de Almeida. – São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde140120165202/publico/LiviaPizauroSanchezCorrigida.pdf> > Acesso em: 25 set 2018.

STRIEDER, Inácio. **Democracia Racial** – A partir de Gilberto Freyre. Comunicação apresentada no "VII Simpósio de La Revista Internacional de Filosofia Política", em Cartagena de Índias/Colômbia, no período de 20 a 22 de novembro de 2000. **UFPE** Disponível em: < https://www3.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf15_artigo10001.pdf > Acesso em: 15 nov 2018.

SILVA JR., Hédio. Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais / Hédio Silva Jr. – Brasília: **UNESCO**, 2002. Disponível em: < http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Discrimina_racial.pdf > Acesso em: 25 set 2018.

UNESCO, Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003. **Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/mj/seppir No 605 de 20 de Maio de 2008**. Disponível em: < http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf > Acesso em: 25 nov 2018.